Remuneração é normal em outros países

YOLANDA VIANNA
Da Editoria Internacional

O trabalho dos parlamentares na maioria dos países merece remuneração normal e fixa, sem qualquer acréscimo de diária ou o chamado jeton. Em alguns casos é ainda mais rigoroso, como na Espanha, onde deputados e senadores podem até perder o salário se deixarem de comparecer às sessões das Cortes Gerais.

Existem, porém, verbas para gastos de representação, específicas para correios e telegrafos, mas o serviços de assistentes é pago pelos próprios parlamentares, como é o caso da França, Uruguai e Estados Unidos. Na Espanha, por exemplo, não é necessário a contratação de assessores porque não existem gabinetes para deputados e senadores, exceto para os presidentes do Congresso dos Deputados e do Senado. Segundo informações oriundas desse país, "a vida política está dentro das sedes dos partidos". Já o serviço administrativo é realizado por um pequeno número de funcionários, contratados pelas Cortes Gerais que seria o Congresso no Brasil.

CONTROLE

Na Alemanha, os 498 deputados (não existe a figura do senador) recebem o que conhecemos por jeton, mas a presença nas sessões do Parlamento é controlada através dos votos e pelos próprios parlamentares, prontos a denunciarem o não comparecimento de colegas da oposição. Por outro lado não recebem residências oficiais (assim como nos demais países), embora seja hábito na Europa a passagem gratuita em trem para os parlamentares. Os espanhóis ainda reservam uma vantagem especial aos representantes do povo, como passagens aéreas de suas circunscrições à capital.

Na Alemanha, os assistentes de parlamentares são pagos com parte dos salários dos deputados, que equivale à remuneração de um diretor do segundo escalão no Brasil. O número de funcionários do Parlamento é restrito, não chegando a 10 por cento do número de contratados no Congresso brasileiro, segundo alguns observadores políticos alemães. A quantidade de veículos não ultrapassa a 12, que são utilizados para serviços gerais da casa e dos presidente de partidos.

PRIVILEGIO

No México a situação dos parlamentares é mais privilegiada, pois contam com uma diária, uma espécie de ajuda de custo para hotel ou aluguel de casa. Mas essas "dietas", como são chamadas, podem ser anuladas se comprovada a ausência dos deputados e senadores nas sessões plenárias. Automóveis, no entanto, são disponíveis apenas aos senadores.

O conhecido jeton também é utilizado em Portugal. Porém, a presença é controlada através do voto do parlamentar e de assinatura de ato de comparecimento. Já no Uruguai o salário é fixo assim como em outros países latino-americanos) e chega a 600 dólares para deputados e 800 dólares por mês para senadores. A França paga um salário em torno de 40 mil francos, que equivale a Cr\$ 40 milhões mensais, incluídas despesas e representação como passagens aéreas e os salários de secretárias e assistentes. O mesmo ocorre nos Estados Unidos, onde os deputados recebem cerca de 65 mil dólares anuais, e senadores 72 mil dólares por ano. Na Espanha, os parlamentares recebem por mês cerca de 200 mil pesetas, o que é um alto salário (o mínimo é 40 mil pesetas).

Nesses países citados, o trabalho das comissões chega a ser mais importante do que as sessões de plenário e, normalmente, o período parlamentar é dividido mais de duas fases, exceto nos Estados Unidos, onde deputados e senadores são dispensados nas festas de Ação de Graças, Natal, Páscoa, Independência e férias de agosto a setembro. Os alemães, que se reúnem em plenário duas ou três vezes por semana, trabalham a maior parte do tempo em comissões e têm um período de férias anual.

O México adota um sistema diferente, em que de segunda a sexta-feira parlamentares estão reunidos no período de setembro a dezembro, enquanto entram em recesso de janeiro a agosto, restando uma comissão permanente durante esta época. A comissão permanente é formada por 29 membros, sendo 15 deputados e 14 senadores, que podem convocar reuniões extraordinárias.

RECESSO

Em Portugal, os parlamentares entram em recesso para as férias de verão, que são de agosto a setembro, enquanto na França, existem duas interseções parlamentares, o que significa que de 2 de outubro a 20 de dezembro há um período legislativo e outro de 2 de abril a 30 de junho, portanto, havendo recesso em janeiro, fevereiro e março e em julho, agosto e setembro, passando a existir uma comissão permanente.